

Roberto Jefferson, réu no mensalão, rebate declarações de Gurgel

“Roberto Jefferson não tem representantes na dita CPMI, não teme o julgamento da Ação Penal do mensalão e crê no Direito e na Justiça”. As declarações são do próprio político, um dos réus no caso, em resposta à declarações dadas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, [publicadas](#) nesta quarta-feira (9/5) na revista **Consultor Jurídico**.

Gurgel disse na quarta-feira que as críticas sobre sua atuação nas investigações contra o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, vêm de pessoas que estão “morrendo de medo” do julgamento do mensalão. “É compreensível que algumas pessoas que são ligadas a mensaleiros tenham essas posturas de querer atacar o procurador-geral e querer também atacar ministros do Supremo com aquela afirmação falsa de que eu estaria investigando quatro ministros do Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

Ainda de acordo com a nota, “Roberto Jefferson acredita que a singular declaração do PGR visa a, como seu antecessor, pressionar o STF no dito julgamento — que nada tem a ver com o objeto da CPMI do Cachoeira — e, assim, tentar ofuscar sua acusação descabelada que resultou sem provas, quanto a ele, que poderia ter sido excelente testemunha, desprezada para apresentá-lo como réu em ação incompleta e açodada, quiçá, por razões apenas institucionais”.

Ele finaliza a nota declarando que “ressalva sua posição no processo” e que “estranha a manobra diversionista que sugere temor do geralmente sereno PGR em explicar sua leniência, ao melhor, no caso de que trata a CPMI. Não há como misturar os assuntos”.

As afirmações de Gurgel foram uma reação às críticas de parlamentares feitas depois do primeiro dia de depoimentos da CPI do Cachoeira, após a oitava, em sessão secreta, do delegado da Polícia Federal, Raul Alexandre Marques Sousa. O delegado é responsável pelas investigações da operação Vegas, que antecedeu a Monte Carlo, e iniciou a investigação sobre exploração de jogos ilegais por Cachoeira.

Segundo parlamentares, o delegado afirmou que o inquérito da Vegas foi entregue em setembro de 2009 à Procuradoria-Geral da República. Integrantes da CPI questionaram o fato de Gurgel não ter iniciado investigações naquela ocasião.

Para Gurgel, as críticas são feitas por pessoas “aparentemente muito pouco preocupadas com as denúncias em si, com os fatos, os desvios de recursos e a corrupção”. Segundo ele, “ficam preocupadas com a opção que o procurador-geral, como titular da ação penal, tomou em 2009, opção essa altamente bem sucedida”. Gurgel ainda disse que se “não fosse essa opção, nós não teríamos a operação Monte Carlo, nós não teríamos todos esses fatos que vieram à tona. Há um desvio de foco que eu classificaria como, no mínimo, curioso”.

Leia abaixo a íntegra da nota de Roberto Jefferson:

Nota de Defesa de Roberto Jefferson sobre declaração do procurador-geral da República que atribui sua convocação à CPMI do Cachoeira a “medo” de réus do Mensalão no STF

A defesa de Roberto Jefferson, réu no processo do Mensalão, a propósito da singular declaração do Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, de que sua discutida convocação à CPMI do Cachoeira se deveria a “medo de réus do julgamento Mensalão, representados na CPMI”, diz e faz claro o que segue:

Roberto Jefferson não tem representantes na dita CPMI.

Roberto Jefferson não teme o julgamento da ação penal do Mensalão.

Roberto Jefferson crê no direito e na Justiça.

Roberto Jefferson acredita que a singular declaração do PGR visa a, como seu antecessor, pressionar o STF no dito julgamento – que nada tem a ver com o objeto da CPMI do Cachoeira – e, assim, tentar ofuscar sua acusação descabelada que resultou sem provas, quanto a ele, que poderia ter sido excelente testemunha, desprezada para apresentá-lo como réu em ação incompleta e açodada, quiçá, por razões apenas institucionais.

Roberto Jefferson, assim, ressalva sua posição naquele processo e estranha a manobra diversionista que sugere temor do geralmente sereno PGR em explicar sua leniência, ao melhor, no caso de que trata a CPMI. Não há como misturar ao assuntos.

Date Created

10/05/2012